



**VEREADOR RICARDO GOMES (PP) – Comunicação de Líder:** Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, funcionários da Casa que nos acompanham, eu quero saudar a representação do Sindicâmara, que esteve no gabinete. Conversei e ouvi atentamente os argumentos que o Sindicâmara tinha com relação ao PLCE nº 002/19, que trata da carreira dos servidores. Recebi todos que quiseram debater o projeto comigo, conversei profundamente, formei a minha convicção, acho que estamos prontos

para a audiência pública que ocorrerá no dia de hoje. Estamos mais do que prontos para votar esse projeto, mas é preciso restabelecer algumas verdades – é preciso restabelecer algumas verdades. A primeira: tem-se dito que o projeto tramitou de forma açodada. Esse projeto trata de três aspectos que estavam todos eles dentro do projeto que já foi analisado no ano passado. Portanto é um projeto por demais conhecido, tanto é que o próprio sindicato, o Simpa, já fez todos os seus cálculos, já levantou todos os seus argumentos, os vereadores já apresentaram as suas emendas, que há em profusão, então é um projeto que está mais do que bem discutido. Agora, Ver. Moisés, é preciso restabelecer algumas verdades porque o que está sendo dito aqui nesta tribuna é uma vergonha, de que o governo Marchezan quer entregar a Cidade para a iniciativa privada. Não há um só projeto de privatização de qualquer coisa tramitando nesta Câmara. Eu gostaria que houvesse, mas não há. Mentirosos leem o projeto e dizem que uma PPP é uma privatização, que uma concessão é uma privatização. Ou são mentirosos ou não sabem, não leram a Lei das PPPs, que foi assinada pela Presidente Dilma, ou não sabem o que é uma concessão, que acontece em Porto Alegre há décadas. Então, ou há uma má formação ou há uma má intenção, não existe um só projeto de privatização tramitando nesta Câmara, o que eu lamento.

Segundo, o tom da conversa sobre o projeto começa sempre num tom técnico, e eu nunca me furto de fazer uma discussão técnica sobre o projeto. Mas há algumas coisas que terminam por exaltar os ânimos e que nos levam a falar com mais veemência. Uma delas é o cartaz que o Simpa espalha pela Cidade com fotografias de vereadores, o que, aliás, eu já agradei, porque, para mim, é propaganda. Para mim, é propaganda, pena que não fizeram *outdoor* dessa vez. Mas observem que, naquele cartaz, há um desenho de um vereador com um alvo na cabeça, um alvo na testa, numa incitação clara à

violência. Se eu fosse vitimista, eu talvez pedisse asilo em Paris, porque está na moda. Vou pedir asilo em Paris, porque é uma ameaça evidente do sindicato.

Dizem que o projeto arruína a carreira dos servidores, não é verdade. O impacto desse projeto, Ver. Wambert, é de 1,5% da folha de pagamentos do Município de Porto Alegre. O impacto é 1,5%, não é 20, não é 40. Temos ouvido gente espalhar por aí que os servidores vão perder até 40% da remuneração, é mentira. O projeto tem impacto? Tem. Deixarão de ganhar tanto quanto hoje a lei prevê? Sim, nós não escondemos isso. Mas dizer que os servidores perderão 40% da sua remuneração é uma mentira. E é uma mentira consciente.

Por fim, eu fui muito acusado de dizer que os servidores do Município são privilegiados. Eu não usei essa expressão, eu disse que há privilégios, e há uma diferença de entonação. Há uma diferença de entonação. Alguns aspectos do Estatuto do Servidor existem somente para os servidores e não existem na iniciativa privada, eu tenho insistido nisso. Dizer que são privilegiados? Bom, já passa uma ideia de estar numa casta mais alta da sociedade. É verdade que o salário médio do nível superior do Município de Porto Alegre é mais de R\$ 12 mil, o que coloca os servidores de nível superior do Município... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Dizer que são privilegiados significaria dizer que estão numa casta superior os servidores. Não estão. Embora o salário médio de R\$ 12 mil coloque a categoria entre o 1% mais rico da sociedade brasileira. A provocação que tenho feito é esta: que se coloque, que se meça, todos queremos servidores bons, qualificados e ganhando bem, mas não podemos perder de vista o outro lado que paga a conta, o tamanho do orçamento disponível e a capacidade de contribuir com impostos da sociedade brasileira. A sociedade está esgotada na sua capacidade de ser tributada. Ou fazemos algo para conter a folha ou os servidores não receberão seus salários. Há que ter isso presente.

Ouvi um dado sobre a reforma da Previdência que o Ver. Comassetto citou aqui: 60% dos pedidos de aposentadoria do Brasil são feitos por idade e não por tempo de contribuição. Por quê? Porque, na iniciativa privada, as pessoas passam muito tempo desempregadas, entre um emprego e outro, alcançam a idade, mas não acumularam o tempo de contribuição. Isso não acontece no serviço público. Para zero servidores públicos isso acontece, por quê? Porque o funcionalismo no Brasil nunca experimentou um só dia de desemprego. Há que ter isso presente, porque nós estamos cobrando impostos da

população, que está cansada de pagar e enxergar que a norma que vale para a população não vale para os seus servidores. Nenhum servidor experimentou um só – um só – dia de desemprego depois que entrou no serviço público. Que bom para eles, mas até que ponto será que a sociedade vai conseguir arcar com uma folha que, nos últimos dez anos, dobrou de tamanho? Nos últimos dez anos a folha do Município de Porto Alegre aumentou 95%. Essa é uma discussão que precisa ser feita, teremos a audiência pública, teremos a votação do projeto. Com a matemática não há discussão. O Ver. Comassetto tem que saber que os números são oficiais. São da Secretaria Municipal da Fazenda esses números que trago, quer dizer que são feitos os cálculos por servidores públicos da Fazenda, não são feitos pelo secretário nem pelo prefeito, são os números da Secretaria Municipal da Fazenda. O salário médio dos servidores de Porto Alegre hoje em dia é de R\$ 8.425,00, a remuneração média – esse é um dado da Secretaria Municipal da Fazenda. É claro que há os privilegiados e há os que não são privilegiados. É claro que nós sabemos que a Fazenda e a PGM puxam essa média para cima, mas nós sabemos também que a folha dobrou nos últimos dez anos e que se não fizermos nada, a folha há de estourar. E aproveito a chegada da representante dos engenheiros da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município de Porto Alegre – Astec, que, numa reunião interna, sugeriu que o Município tinha capacidade de endividamento e que, portanto não precisaria passar esse projeto. Eu quero dizer que essa é a receita da miséria e da desgraça, tomar crédito para pagar a despesa corrente. Toda família que fez isso sabe o resultado que teve, tomou empréstimo no banco para pagar despesa corrente. Quem vai pagar os juros dos empréstimos sugeridos é a população de Porto Alegre que não suporta mais aumento de impostos. Então é preciso ter responsabilidade com as gerações futuras. Queríamos que todos os servidores ganhassem muito bem e tivessem todo o conforto do mundo, não há dúvida disso. Agora, cabe isso no bolso do cidadão de Porto Alegre que experimentou uma crise econômica conduzida em grande parte por decisões erradas de política macroeconômica do governo federal nos últimos 16 anos? É possível sobrecarregar ainda mais a população com novos impostos? Perca tudo a população porque aqui será nenhum direito a menos, porque as concessões que foram feitas ao longo do tempo não se sustentam no orçamento? Poderá a população continuar arcando com as despesas de uma folha que não para de crescer e que, mesmo com este projeto não parará, continuará crescendo? Porque o que o projeto faz, olvidem-se as mentiras que são espalhadas, o projeto não diminui o salário de ninguém, diminui o ritmo do

---

crescimento, olvidem-se as mentiras que estão sendo espalhadas. Então, essa é uma discussão que faremos hoje e na segunda-feira, no dia da votação. Muito obrigado.  
(Não revisado pelo orador.)